

LUTA TRANS E ANARQUISMO QUEER ROMPENDO OS DOGMAS (TRANS)FEMINISTAS PARA A LIBERAÇÃO TOTAL²

Madelyna Zicqua

tradução por *revista trans-libertária /
acervo trans-anarquista*

A natureza radical do pensamento anarquista implica, dentre muitas outras coisas, a capacidade de autocrítica permanente, tanto nas esferas teóricas quanto naquelas que se referem à nossa prática cotidiana. Sendo assim, pode até ser violento para algumas pessoas provenientes do feminismo e das dissidências militantes questionar a validade de conceitos que se enraizaram tão profundamente em nossa visão política de mundo ao ponto de algumas identidades terem sido moldadas em torno deles.

Neste trabalho, apresento uma abordagem anarcofeminista queer da luta trans como um meio termo entre o patriarcado e a liberação total dos estilos de vida por meio da abolição do gênero. Em seguida, questionarei a validade de conceitos como sexo, gênero, identidade de gênero e expressão de gênero.

O GÊNERO E O SEXO COMO CONSTRUÇÕES SOCIAIS

O senso comum dos liberais e progressistas atualmente nos dá uma visão bastante clara de como entender certas noções ligadas ao “feminismo”

² Originalmente publicado em 12 de março de 2021, em espanhol, no site <https://www.portaloaca.com/pensamientolibertario/textos/anarquismo/lucha-trans-y-anarquismo-queer-desbaratando-dogmas-trans-feministas-por-la-liberacion-total-2/>.

Acesso em: 11/06/2024. O texto foi publicado posteriormente no Nº 4 do Fanzine *Bugambilia*, da Colectiva anarco-feminista queer Brotar.



e às “questões de diversidade sexual”: o sexo refere-se a uma realidade biológica que os indivíduos encarnam de forma binária (masculino/feminino) e o gênero consiste, do ponto de vista dos indivíduos, em um conjunto de práticas, atitudes, imaginários e autopercepções. Do ponto de vista do gênero de uma pessoa, de acordo com a abordagem contemporânea, podemos distinguir a identidade de gênero, por um lado, e a expressão de gênero, por outro. Do lado da cultura, o gênero ofereceria em nosso mundo ocidental do século XXI dois gêneros, feminino e masculino, que preenchem uma lacuna tanto na identidade quanto na expressão de gênero. Assim, por exemplo, pode haver uma pessoa do sexo masculino, cuja identidade de gênero é feminina e a expressão de gênero é masculina, e assim por diante, em várias combinações.

O estabelecimento desse tipo de narrativa em canais do grande público permitiu a dignidade, o respeito e a segurança de muitas pessoas da comunidade trans, uma comunidade que foi historicamente perseguida e marginalizada até os dias de hoje. No entanto, é necessário questionar se essas histórias não favorecem novas opressões e se estão a meio caminho da busca pela liberação total. E, por outro lado, se essa narrativa não decorre de uma excessiva despolitização da luta trans, perdendo de vista os conflitos causados por um patriarcado que cria categorias justamente com o objetivo de oprimir. Talvez os conceitos que antes eram úteis para entender os fenômenos e construir a luta não sejam mais úteis para avançar em conquistas de maior alcance.

A primeira distinção com a qual devemos romper, e essa já é a herança da teoria queer histórica, é a distinção entre sexo e gênero. Ao contrário dos conservadores e das feministas radicais que defendem uma base biológica, objetiva e inamovível do sexo em oposição ao gênero, precisamos entender por que o sexo faz parte do gênero e, portanto, ambos são construções sociais. Mas para falar com propriedade sobre construções sociais é preciso ter uma perspectiva sobre as construções sociais que faça sentido para o entendimento que as ciências sociais e nossa vida cotidiana têm delas.

As categorias sociais, de qualquer tipo, sejam elas “cadeira”, “bombeiro”, “milionário” etc., possuem uma normatividade. Essa normatividade consiste em um conjunto de regras que os indivíduos carregam



(nem sempre conscientemente) e que lhes permite identificar que o objeto à sua frente é de fato o que é, e não qualquer outro. Assim, por exemplo, identifico que esse objeto é uma cadeira porque tem um determinado formato e pode ser usado para sentar, etc.

A normatividade inerente a qualquer cultura em todos os seus âmbitos emprega formas habituais e comuns sobre como as coisas são. Isso não é pernicioso em si; na verdade, é essencial que haja um conjunto de maneiras típicas que nos digam como as coisas são, de modo que as práticas de nossa vida diária possam ser programadas e planejadas de forma mais ou menos rigorosa e fundamentada. Se não tivéssemos regras, por exemplo, que nos permitissem identificar o que é comestível do que é venenoso, a humanidade já teria desaparecido prontamente. Além disso, entendemos que tais regras têm uma origem histórica e que a estabilidade dessas regras está sujeita à discricção daqueles que compõem a comunidade. A normatividade da cultura, essas regras, torna-se problemática, entretanto, quando certas normas, certos imaginários, certas exigências, certos costumes interferem no bem-estar ou na liberdade das pessoas e se tornam mecanismos de dominação, opressão e discriminação. Sexo e gênero se enquadram nessa descrição.

O gênero do ponto de vista da cultura (ou seja, a norma social, não “o gênero de um indivíduo”), e aqui estamos necessariamente pensando dentro dos critérios da cultura patriarcal contra a qual estamos lutando, oferece uma série de critérios comuns por meio dos quais os indivíduos podem identificar quem é de fato “homem” ou “mulher”. Ser um “homem” ou uma “mulher” consistiria em um acúmulo de características e predicados que, quando reunidos de forma mais ou menos adequada, nos permitem dizer com maior ou menor dúvida que a pessoa à nossa frente é um homem ou uma mulher. Essas características são muito variadas e, ao examinarmos as normas sociais, percebemos que elas estão em coisas como roupas, um determinado tipo de corpo, um determinado papel na família, um determinado tom de voz, uma determinada vocação preferida, uma determinada maneira de expressar emoções, etc., etc.



Como Judith Butler observa em *Problemas de Gênero*³, o gênero tem um caráter eminentemente performativo: o gênero é representado e desempenhado em público precisamente de acordo com essas regras sociais. Só se pertence a um gênero, novamente, raciocinando a partir da lógica patriarcal, quando uma pessoa se apresenta em público personificando uma quantidade razoável de predicados de gênero e é reconhecida como parte desse gênero. É dessa forma que, em nossa vida cotidiana, nos orientamos para designar “homens” e “mulheres”.

Aqui temos que observar que a separação entre gênero e sexo como componente biológico não se justifica porque os elementos que compõem o chamado “sexo biológico” muitas vezes servem de critério para identificar o gênero de uma pessoa. No imaginário patriarcal, um homem ou uma mulher são considerados como tendo um papel, vestindo-se de uma determinada maneira, tendo um determinado tipo de corpo e também tendo determinados órgãos genitais e cromossomos: a categoria social pensa no sexo e no gênero como uma unidade: macho, nesse contexto patriarcal, é o mesmo que homem. As características biológicas têm uma preeminência especial na normatividade do gênero, mas essa preeminência também tem uma natureza social: o fato de certas coisas serem estabelecidas como particularmente relevantes ou não também é uma arbitrariedade da cultura construída historicamente.

Por acaso o sexo biológico não seria uma realidade material inamovível? Na verdade, não. O chamado sexo biológico é uma categoria abstrata, social e, portanto, arbitrária, que reúne, de maneiras às vezes obscuras, um conjunto de critérios para estabelecer o que é masculino e o que é feminino. Anne Fausto-Sterling mostrou isso de forma particularmente sofisticada em *Cuerpos sexados*⁴. O que enfatiza o caráter arbitrário do conceito é que pode haver critérios baseados em cromossomos, critérios baseados em genitália, critérios baseados em hormônios, e nunca fica claro qual é realmente preeminente dentro do sexo biológico, especialmente porque esses três critérios geralmente tendem a não ser unívocos.

³ Butler, Judith (1999). *Gender Trouble. Feminism and the Subversion of identity*. Nueva York: Routledge

⁴ Fausto-Sterling, Anne (2006). *Cuerpos sexados. La política de género y la construcción de la sexualidad*. Barcelona: Melusina.



Novamente, nos deparamos com as fronteiras da categoria de sexo e gênero: quais elementos da aparência física são realmente pertencentes ao sexo e quais são pertencentes ao gênero – a voz, o formato dos quadris, uma certa suavidade da pele, um certo volume de cabelo, o comprimento dos dedos indicadores, o comprimento dos dedos dos pés, o volume das glândulas mamárias, o tamanho do *gluteus maximus* ou do pomo de Adão – essas coisas pertencem ao sexo ou ao gênero?

A tentativa de preservar essas categorias torna-se ainda mais difícil quando nos deparamos com a forma como a sociedade trata as aneuploidias sexuais. Uma pessoa com aneuploidia sexual é aquela cujos cromossomos sexuais são anômalos em relação aos usuais XX e XY, gerando várias síndromes que, no entanto, ainda permitem que o indivíduo viva. Uma pessoa que tenha decidido, de forma completamente arbitrária, sugerir que os sexos se baseiam única e exclusivamente nos cromossomos terá de lidar com dois fatos bastante interessantes. Em primeiro lugar, ela terá de presumir que existem vários sexos, não apenas masculino e feminino, com base nos casos de aneuploidia sexual (dos quais há pelo menos 50 possibilidades) e, em segundo lugar, terá de presumir que o sexo das pessoas é algo que só pode ser descoberto por meio de análise genética, porque não há outra maneira de acessar o conteúdo dos cromossomos sexuais. Entretanto, uma pessoa que age dessa forma seria movida por motivos ideológicos, porque a questão na vida cotidiana é diferente. O que acontece, por exemplo, com uma pessoa com síndrome de Klinefelter (XXY)? De um ponto de vista estritamente cromossômico, essa pessoa não é nem homem (XY) nem mulher (XX). Entretanto, ao ingressar na cultura, essas pessoas normalmente são socializadas como homens. Por quê? Porque, quando crescem, apresentam aspectos convencionalmente associados ao que nossa normatividade de gênero nos diz que um homem é (por exemplo, ter um pênis (embora muitas vezes atrofiado)). Aqui, uma guerra pode ser travada entre pessoas ideologicamente mais inclinadas a estabelecer que o critério hegemônico para definir o sexo é a genitália e não os cromossomos. Com efeito, a biologia, como ciência empírica dos fatos, pode determinar uma série de questões. A biologia pode dizer quais são os cromossomos sexuais de uma pessoa, pode descrever sua genitália e sua infraestrutura reprodutiva, pode explicar seus níveis de diferentes hormônios e uma série de outros dados fisiológicos. Em



que ponto o sexo aparece? Em lugar nenhum! O sexo é uma categoria que seleciona arbitrariamente algumas dessas descobertas biológicas, cola-as (com uma cola que, em muitos casos, não consegue colá-las bem), cria novas categorias, universaliza-as e presume que elas podem ser atribuídas a todos os indivíduos. Mas como a categoria não deixa de ser social e não deixa de estabelecer regras para a identificação sexual dos indivíduos, uma vez que na cultura patriarcal a distinção entre sexo e gênero não existe, ela mesma é absorvida pelo gênero. Essa é a razão, aliás, pela qual muitos textos anarquistas queer usam a expressão “sexo/gênero” como uma unidade⁵.

Embora essas conclusões possam ser um pouco desconcertantes, porque desafiam os conceitos com os quais muitas pessoas ingressam na teoria feminista, elas nos permitem entender a luta trans de forma mais profunda e, de fato, mais franca. A luta política diária na qual pessoas pró-trans e anti-trans se envolvem, ou seja, “ela [uma mulher trans] é uma mulher de verdade” e “não, ela é um homem”, revela que a normatividade de gênero tem sido tão elusiva para nós que não conseguimos oferecer boas ferramentas para defender a causa trans. A normatividade patriarcal, por mais arbitrária e convencional que seja, estabelece critérios para a identificação de gênero, e esses critérios são baseados em uma performatividade específica. Em que consiste a luta trans? Trata-se de mudar esses critérios. Assim como muitas práticas culturais que foram organicamente construídas nas sociedades ao longo de sua história são reveladas como prejudiciais e se faz um apelo explícito para mudá-las, a normatividade patriarcal de gênero deve ter o mesmo destino. A luta trans, que busca acabar com as situações opressivas e prejudiciais causadas pela cultura patriarcal, exige uma mudança na norma: que o único critério realmente válido para estabelecer o gênero de uma pessoa seja sua própria autopercepção ou autoidentificação, ou simplesmente o que melhor lhe convier. O aspecto preeminente e definidor do gênero/sexo é, portanto, a identidade de gênero.

⁵ Encontramos usos desse termo e podemos encontrar uma extensão dessa mesma discussão em Stacy aka sallydarity, “Anarcafeminism and the very new women’s ‘question’”, Bugambilia, nº 1.



Embora essa análise seja eficiente para entender o estado atual da causa e da luta trans, deve-se observar que ela também revela as limitações, especialmente conceituais, com as quais essa mesma luta foi concebida.

RUMO À ABOLIÇÃO DO GÊNERO

O que mais rapidamente vem à mente quando a luta trans é compreendida dessa forma é um fenômeno que aparece à margem: o não-conformismo com as duas categorias que a luta trans eventualmente liberaria para serem de livre identificação. Com efeito, aparecem as chamadas pessoas “não binárias” ou “agênero”; pessoas que, nesse momento específico em que a luta trans alcançou seu objetivo de modificar os critérios e conseguiu passar tudo para a autoidentificação, não se identificam com nenhum dos dois gêneros socialmente disponíveis, nem masculino nem feminino. A luta trans mais tradicional, em suas aspirações de manter o edifício conceitual de sua própria luta, estabeleceu que esses casos devem ser entendidos como gêneros separados. Assim, por exemplo, poderíamos falar que uma pessoa pode se identificar como mulher, homem ou não binária⁶.

O que foi descrito até agora constitui uma descrição mais ou menos apropriada do imaginário atual que os esquerdistas progressistas e radicais têm sobre o gênero e a luta trans. Mas temos de observar as limitações no modo como essa luta toma forma. Com efeito, é questionável até que ponto “não binário” designa um gênero se ele é construído apenas pela oposição à identificação com duas categorias preexistentes. Mas, na realidade, as dificuldades que encontramos são muito mais profundas do que poderíamos pensar à primeira vista.

Voltemos ao nosso cenário: a luta trans alcançou seu objetivo e a única coisa relevante para determinar o sexo/gênero de alguém é a identidade de gênero. No entanto, o que devemos nos perguntar nesse contexto é *o que significa ser “homem” ou ser “mulher” agora que a autoidentificação é o único*

⁶ O que foi explicado aqui nos permite entender até que ponto a não-binariedade e a agenderidade são a mesma coisa.



critério relevante? Eliminamos todos os elementos performativos do gênero, de modo que a expressão do gênero não desempenhe mais nenhum papel na identificação do gênero de uma pessoa: basicamente, alguém poderia parecer, vestir-se, comportar-se, manifestar-se, expressar-se, etc., de qualquer maneira, e isso não nos diria nada sobre seu gênero. A exterioridade não nos diz nada sobre a interioridade, onde residiria aquilo que é relevante. Mas se esse for o caso, o que significa “mulher” ou “homem” agora? O que faz com que a luta trans, como tem sido pensada até agora, esteja em algum lugar entre a dinâmica patriarcal e a liberação total dos estilos de vida é a suposição de um essencialismo metafísico implícito que agora está se evidenciando para nós. A situação diante de nossos olhos pode sugerir que “homem” e “mulher” são, de fato, conceitos totalmente vazios que designam nada mais do que uma essência oculta, íntima e secreta que está dentro dos indivíduos, mas que não se manifesta de nenhuma maneira específica. Presumir esse essencialismo parece necessário, caso contrário, cairíamos novamente no gênero performativo e, mais uma vez, apareceriam os elementos opressivos envolvidos no fato de alguém se identificar com um gênero e não viver de acordo com as normas sociais pré-estabelecidas que são necessárias para a personificação adequada desse gênero.

No entanto, os resquícios da norma patriarcal permanecem adormecidos, mesmo quando a luta trans atinge seu objetivo. Isso se deve ao fato de que os imaginários predominantes da norma ainda guiam os indivíduos na identificação de si mesmos, senão não haveria explicação para o fato de uma pessoa se designar como não binária, ou mesmo de uma pessoa se identificar como mulher e não como homem ou vice-versa, se esses conceitos não implicam nada em si mesmos. Na verdade, o que a luta trans conseguiu involuntariamente com seu sucesso foi mostrar que a própria categoria de gênero, identidade de gênero e expressão de gênero são categorias não universais e até mesmo dispensáveis. A não-binariedade⁷ é a chave. A não-binariedade mostra que a categoria de gênero ainda mantém sua carga performativa e, portanto, a nega. A não-binariedade não é um gênero, é a negação do gênero: é a afirmação de que a auto-expressão é uma expressão

⁷ Nota de tradução: originalmente se escreveu, em espanhol, “no binarismo”, referente a “não-binarismo” em português; optamos por traduzir por “não-binariedade” em razão da atual disseminação do termo.



da própria pessoa, de sua individualidade e de seu bem-estar. Mas essa conclusão permaneceu implícita na própria luta trans, só tivemos que traçar suas consequências.

Estamos diante do ideal da abolição do gênero, que o anarcofeminismo queer conseguiu construir a partir de seu histórico no transfeminismo e na teoria queer. O que foi refletido até agora já nos deu algumas pistas. Diante da possibilidade permanente de que o gênero implica uma divisão entre aqueles que se sentem à vontade com a norma (em termos de “expressão de gênero”) e aqueles que desejam rejeitá-la, chegamos à consequência mais radical: vamos abolir o gênero como uma categoria social e todos os conceitos implícitos nela. O anarquismo queer, em suas reivindicações para abolir toda hierarquia, autoridade e opressão, entendeu que a categoria de gênero tem, em si, uma origem patriarcal e que, portanto, somente por meio da abolição da própria categoria podemos liberar modos de vida. Com o que se parece a abolição do gênero? Parece com pessoas não binárias: cada pessoa é um critério de si mesma e, portanto, cada pessoa expressa sua própria individualidade por meio de seu corpo, sua expressão, a maneira como fala, a maneira como se veste, seu papel social e sexual, etc. etc. Ao eliminar o gênero, não apenas eliminamos a possibilidade abominável de alguém ouvir o epíteto “pessoas como você não se comportam assim”, mas também eliminamos a possibilidade de uma pessoa ser questionada por qualquer decisão que tome em relação à sua apresentação social. Nesse sentido, nenhuma pessoa trans perde nada: muito pelo contrário; tudo o que se consegue é que cada pessoa, sem exceção, possa viver como achar melhor, independentemente de quão única, rebuscada, errática e inovadora seja a maneira como ela decidiu se apresentar ao mundo.

O que foi dito acima tem como pano de fundo uma teoria anarquista queer sobre o patriarcado que só foi vislumbrada aqui em alguns momentos. Quem ainda estiver cético quanto à abolição do gênero, que anda de mãos dadas com a busca sistemática pela abolição da orientação sexual e da norma gâmica⁸, precisa entender que as categorias sexuais não são naturais, mas têm um histórico que pode ser questionado. De fato, o patriarcado, como

⁸ A categoria em que se situam a monogamia, o poliamor, a poligamia, a anarquia relacional, etc.



estrutura de dominação por meio de modos de vida, busca a estabilização, a fixação e a essencialização de ações de acordo com padrões arbitrariamente delimitados para estabelecer o normal e o anormal. Há muita dignidade em reivindicar o anormal, mas a história já nos mostrou que o caminho por meio de tal reivindicação tende a cair na política de identidade liberal e no assimilacionismo, em que alguns elementos hegemônicos dentro da categoria anormal (por exemplo, homens gays brancos de classe média) tornam-se normais, excluindo ainda mais aqueles que estão nas margens e nas interseções da norma⁹. Seguir lutando dentro das categorias patriarcais continua a fazer com que o fluido, o marginal, o etéreo e o mutável tendam à estabilização forçada e à fixação fictícia da palavra. Proliferar dezenas de novos gêneros com base em qualquer minúcia disponível só porque as categorias patriarcais se mostram muito restritas indica que a própria categoria falsifica a experiência que as pessoas têm de si mesmas, e se esforça para sobreviver como uma categoria em extinção por meio de concessões. A cultura, em sua história, possuiu e possuirá múltiplas categorias sociais que são e serão abandonadas¹⁰, e se a luta se conscientizar da importância de tais abandonos em nome da liberação total, a única coisa que se pode esperar é que nossos graus de liberdade aumentem à medida que avançamos.

ANEXO: A PSEUDO-ABOLIÇÃO DE GÊNERO DO FEMINISMO RADICAL

O chamado feminismo radical também defendeu o ideal da abolição do gênero, mas é evidente que o mal-entendido de seus expoentes sobre o significado de gênero/sexo não lhes permite chegar a um entendimento adequado das questões. Vamos nos aprofundar brevemente nesse assunto.

⁹ Volcano, Abbey (2018). “Policía en las fronteras”. Revista cultura social y pensar contemporáneo. nº 1, vol. I, pp. 16-24

¹⁰ A categoria de “masturbador”, que era atribuída às crianças há alguns séculos como uma “condição”, foi praticamente abolida com o passar do século XX. A orientação sexual, que surgiu na mesma época, no entanto, perdurou. Vemos hoje que categorias como “pecador” estão felizmente morrendo. Esse é o curso natural da evolução da cultura. Uma discussão muito interessante sobre o caráter histórico das categorias sexuais está na introdução da obra de Sedgwick, Eve Kosofsky (1998), *Epistemología del armario* (Barcelona: Ediciones de la tempestad).



É de conhecimento geral que o feminismo radical busca a abolição do gênero, mas não do sexo. Segundo essa teoria, o sexo seria aquela realidade biológica supostamente inamovível e eterna que recebe vários adornos por meio do gênero, mas permanece sempre o mesmo. A propósito, o feminismo radical enfrenta os mesmos problemas para determinar exatamente o que é sexo: se tem a ver com cromossomos ou se tem a ver com genitália ou qualquer outra coisa. De fato, é muito difícil alegar a opressão histórica das mulheres com base no sexo (com o qual as feministas radicais se preocupam muito), se sexo for cromossomos, e se considerarmos que os capadócius, os mongóis e os saduceus não tinham acesso à análise de DNA para determinar quem oprimir. Nesse sentido, o argumento apresentado acima de que o sexo é parte do gênero continua válido para ser usado contra o feminismo radical.

Entretanto, há elementos perniciosos que precisam ser abordados. Com efeito, em nome de evitar o “apagamento das mulheres”, o feminismo radical procura manter a distinção binária baseada no presumido sexo biológico e eliminar os imperativos culturais tradicionalmente associados ao “gênero”. Entretanto, já observamos que a categoria de sexo biológico está longe de ser biológica porque responde, como já foi indicado, a um conjunto caprichoso de descobertas biológicas reunidas de forma fragmentada e conveniente. Se voltarmos à controvérsia entre a luta trans e a normatividade patriarcal associada ao gênero, descobriremos que o feminismo radical se posiciona como um agente adicional na controvérsia: o feminismo radical passou a argumentar que os únicos critérios relevantes para estabelecer a diferença substantiva entre homem e mulher são, por exemplo, a genitália ou os cromossomos. Entendido dessa forma, podemos ver que o feminismo radical não busca abolir o gênero, se por abolir o gênero queremos dizer abolir a categoria. Muito pelo contrário, o que o feminismo radical quer é *redefinir o gênero*, sob um novo critério, essencialista e fixo, e, portanto, tão patriarcal quanto o anterior. As vantagens que emergem imediatamente a partir da compreensão das lutas feministas como sendo esforços para ressignificar (ou eliminar) a normatividade de gênero - como fizemos até agora - oferecem uma explicação muito simples para a conhecida transfobia do feminismo radical. Como há uma disputa sobre os critérios relevantes, não é de surpreender que o feminismo radical seja estruturalmente incapaz de entender ou de se solidarizar genuinamente com a luta trans, porque, em última análise, há uma



disputa irreconciliável sobre a definição de gênero. Entretanto, o que também nos é mostrado de forma primorosa é que o feminismo radical constrói sua teoria com base em um grave mal-entendido sobre o significado de sexo e gênero, e que não aspira realmente à liberação total, mas apenas a defender um grupo restrito de pessoas (as “fêmeas humanas”) com base em um critério arbitrariamente construído tal como o sexo biológico.

É difícil entender exatamente em que se baseia a preocupação das feministas radicais com o “apagamento das mulheres” se ser mulher se baseia em aspectos tão irrelevantes e superficiais como a genitália ou os cromossomos. Se o gênero fosse abolido nos termos do feminismo radical, e a única coisa que distinguisse as categorias sexuais fosse o fato de ter uma vulva ou um pênis, a categoria seria tão supérflua que teríamos de nos perguntar até que ponto estaríamos nos protegendo do “apagamento das mulheres” se ser mulher é tão insignificante em comparação com as profundezas às quais a vida humana pode aspirar. Que mulheres se organizem por serem mulheres seria visto como algo tão absurdo e trivial quanto pessoas que se reunissem por terem cotovelos secos ou por calçarem sapatos de tamanho 38. O apagamento das mulheres aconteceria automaticamente porque, francamente, se ser mulher é isso, quem se importa se você é ou não uma mulher?

Mas não nos enganemos. O feminismo radical considera que o fato de ser uma “mulher biológica” confere um certo status. Muitas hipóteses que analisam as construções poético-simbólicas e ideológicas do feminismo radical podem ser feitas para explicar essa ilusão. O mais provável é que, no fundo, para o feminismo radical, ser mulher implica uma série de coisas além de ter uma vulva: virtudes comportamentais, pureza moral, sociabilidade, destreza, perspicácia, analiticidade, inocência histórica etc. Essa crença pode ser justificada ou está mais próxima das concepções obsoletas que afirmavam virtudes inerentes aos homens por terem um pênis? Você decide.

tradução por *revista trans-libertária / acervo trans-anarquista*
transanarquismo.noblogs.org

